



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador ESPERIDIÃO AMIN

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1, 2, 3 e 4 a seguir.

Item 1 – Acrescentem-se § 3º ao art. 1º e § 3º ao art. 11 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 1º
.....

§ 3º No Ato do Ministro de Estado da Fazenda, previsto no § 1º, será dada prioridade, em termos de taxa de juros, prazo de carência e acesso ao crédito, às micro e pequenas empresas e aos micro e pequenos produtores rurais beneficiários do Programa Brasil Soberano.”

“Art. 11.
.....

§ 3º Para os fins do disposto neste Capítulo, será dada prioridade na aquisição de gêneros alimentícios produzidos por micro e pequenas empresas e micro e pequenos produtores rurais, beneficiários do Plano Brasil Soberano.”

Item 2 – Acrescentem-se § 4º ao art. 1º e § 10 ao art. 5º-A, ambos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, na forma proposta pelo art. 6º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º
.....

§ 4º Para os fins de utilização dos recursos do FGE, será dada prioridade, em termos de taxa de juros, prazo de carência e acesso ao crédito, às micro e pequenas empresas e aos micro e pequenos produtores rurais.” (NR)

“Art. 5º-A.



.....
§ 10. Para os fins das linhas de financiamento previstas no *caput*, será dada prioridade, em termos de taxa de juros, prazo de carência e acesso ao crédito, às micro e pequenas empresas e aos micro e pequenos produtores rurais.” (NR)

Item 3 – Dê-se nova redação ao § 14 do art. 27 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, como proposto pelo art. 7º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 27.**

§ 14. As garantias prestadas pelo fundo de que trata o *caput* poderão ser utilizadas por empresas e instituições financeiras, agências de crédito à exportação, seguradoras, resseguradoras, fundos de investimento e organismos internacionais que financiem, refinanciem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira e às exportações de bens e serviços, assegurado o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para as micro e pequenas empresas e aos micro e pequenos produtores rurais, nos termos estabelecidos em regulamento.

.....” (NR)

Item 4 – Dê-se nova redação ao § 1º do art. 3º-C da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, como proposto pelo art. 9º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 3º-C.**

§ 1º Os critérios de elegibilidade e demais condições para acesso aos recursos do Peac-FGI serão estabelecidos em ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, observando-se a prioridade, em termos de taxa de juros, prazo de carência e acesso ao crédito, a ser dada às micro e pequenas empresas e aos micro e pequenos produtores rurais.

.....” (NR)



JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda objetiva enfatizar a prioridade que deve ser concedida às micro e pequenas empresas e aos micro e pequenos produtores rurais em todas as ações e em todos os Programas que permeiam o Plano Brasil Soberano.

Dessa forma, buscamos estabelecer que, em todos os atos infralegais que irão definir taxas de juros, carência e acesso ao crédito, seja dada prioridade a essa parcela do empreendedorismo nacional que mais emprega.

Assim, solicito aos ilustres Pares o apoio à presente Emenda.

Sala da comissão, de de .

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)

